

DOCUMENTAÇÃO

A intolerância contra os cristãos na Europa de hoje

A Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) realizou em Viena a segunda conferência internacional sobre o tema “Prevenir e combater a intolerância e a discriminação contra os cristãos”. O sociólogo italiano Massimo Introvigne, que no ano de 2011 foi Representante da OSCE para a luta contra o racismo, a xenofobia e a intolerância, e a discriminação contra os cristãos e os seguidores de outras religiões, pronunciou a intervenção de abertura da segunda conferência. Publicamos um resumo do seu conteúdo.

1. A intolerância é um fenómeno cultural: um grupo é ridicularizado através de estereótipos, sendo representado como malvado, corrupto, um obstáculo para a felicidade e o progresso. Obviamente, a liberdade de expressão e a liberdade da arte são importantes. No entanto, algumas obras de arte podem converter-se num instrumento da intolerância: pensemos na imagem dos judeus na arte dos nazis. Nem todas as obras de arte críticas da religião são intolerantes. Mas algumas são-no (...)

Nunca existe uma justificação para o terrorismo e o assassinio. Mas o tema de se determinadas caricaturas do “Charlie Hebdo” eram em si mesmas uma manifestação de intolerância persiste, e não se pode evitar.

Evidentemente, todos defende-mos a liberdade dos jornalistas e dos artistas. Mas é legítimo perguntar se a arte, às vezes, não se pode converter numa arma ao serviço da intolerância. Basta pensar no filme nazi “Judeu Süß”, de 1940. Pode ser definido como um filme tecnicamente bem feito, mas o seu objetivo final era, sem dúvida, promover a intolerância contra os judeus.

Da intolerância à discriminação

2. Muito rapidamente, à intolerância segue-se a discriminação, que é um elemento de carácter jurídico. Se uma organização ou grupo é malvado, é lógico atacá-lo com as leis. Hoje, a liberdade religiosa depara com a presença de centenas de grupos mais ou menos pequenos, impopulares e

“estranhos”, que são consequência do pluralismo religioso pós-moderno e da crise das grandes narrativas religiosas tradicionais do Ocidente. (...)

Nalguns países, promulgaram-se leis contra as “seitas”. São leis que nascem de uma preocupação compreensível pelos crimes de que certas “seitas” foram responsáveis. Mas também existe o risco de generalizações indevidas. Em certos países, os relatórios oficiais catalogaram como “seitas”, ao lado de grupos criminosos reais, movimentos impopulares e que se caracterizam por crenças consideradas estranhas pela opinião pública, mas que, em geral, respeitam a lei.

É verdade que algumas “seitas” cometeram delitos graves. De 1994 a 1997, em três incidentes separados, os assassinios e suicídios da Ordem do Templo Solar provocaram 74 vítimas na Suíça, França e Québec. Estes e outros incidentes similares explicam a preocupação social com as “seitas”. É o que produzem aquilo que o sociólogo sul-africano Stanley Cohen denomina “pânicos morais”, que não inventam os problemas, mas os amplificam através de generalizações. Uma condenação justificada para alguns grupos específicos, estende-se a todas as minorias religiosas cujas crenças parecem incompreensíveis.

As “seitas” não são os únicos movimentos religiosos de origem cristã, direta ou indireta, que se queixam de discriminação na Europa. Protestantes evangélicos – e outros – recorrem muitas vezes ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) afirmando-se vítimas de discriminação. A jurisprudência do TEDH é muito variada e, por vezes, pode parecer contraditória.

Na sentença “Eweida” (2013), o TEDH decidiu a favor de Nadia Eweida, uma empregada de caixa da British Airways, que tinha sido despedida por usar uma corrente com um crucifixo; mas no processo “Chaplin” (2013), negou o mesmo direito a uma enfermeira de um hospital. Alguns casos especialmente delicados fazem referência à objeção de consciência. Na sua sentença “Ladele” (2013), o TEDH determinou que Lilian Ladele, uma cristã, empregada do registo civil britânico, não pode invocar a objeção de consciência para se negar a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Um apelo posterior foi rejeitado.

Salientamos que casos como “Ladele” são semelhantes, mas não idênticos, a uma série de episódios muito conhecidos nos EUA, como “Arlene’s Flowers” (2015), onde floristas, fotógrafos ou pasteleiros cristãos se negaram a prestar os seus serviços em casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Aqui trata-se de

proprietários de empresas privadas, enquanto a senhora Ladele era uma funcionária pública.

No caso “Sindicatul” (2012), o TEDH decidiu obrigar a Igreja Ortodoxa e o Governo da Roménia a aceitarem que um grupo de sacerdotes ortodoxos formassem um sindicato hostil à hierarquia da Igreja, e continuar no seio da mesma Igreja. Após fortes protestos de muitas instituições religiosas e da própria Santa Sé, que viu aqui uma clara tentativa dos juízes de interferência nos assuntos internos de uma Igreja cristã, a sentença foi anulada num apelo de 2013.

Atos de agressão

3. A terceira etapa da espiral da intolerância leva da discriminação à perseguição e aos crimes de ódio. Se a malvez é inerente a um grupo ou organização, e a discriminação não é suficiente para fazê-los deter, porquê estranhar se os extremistas decidem fazer justiça por sua conta e passam à violência?

Tal como outras religiões, as Testemunhas de Jeová procuraram inicialmente conviver com o regime nazi na Alemanha. Mas estas tentativas fracassaram e 11 300 Testemunhas de Jeová acabaram em campos de concentração nazis, tendo morrido 1 490. Diversamente de judeus e ciganos, perseguidos por motivos raciais, as Testemunhas de Jeová podiam voltar a casa e escapar dos campos, renunciando simplesmente à sua fé. Mas só algumas poucas pessoas o fizeram.

Hoje em dia, os crimes de ódio contra os cristãos não se cometem apenas em África e na Ásia. O Observatório da Intolerância e da Discriminação contra os cristãos, de Viena, documenta centenas de casos anualmente: igrejas profanadas, imagens destruídas ou decapitadas, sacerdotes, monjas e bispos atacados.

Um dos casos mais controversos é o Femen, um movimento feminista – e fortemente anticristão – fundado na Ucrânia em 2008. O Femen é conhecido por ataques a igrejas católicas (como a Notre Dame de Paris em 2013), bispos (como o cardeal espanhol Rouco Varela em 2014) e símbolos religiosos (Kiev 2012: destruição da cruz erigida em memória das vítimas de Estaline). Muitos cristãos – e, inclusivamente, muitos muçulmanos, pois o Femen ataca também o Islão – consideram que o Femen viola sistematicamente a sua liberdade religiosa. Outros defendem esse movimento em nome da liberdade de protesto. Estes casos mostram a dificuldade de encontrar um equilíbrio entre os diferentes direitos: liberdade de religião, liberdade de expressão, liberdade de manifestação e protesto. Certamente, a liberdade religiosa não pode ser sacrificada em nome de outros direitos, por muito importantes que sejam.

A espiral intolerância-discriminação-crimes de ódio afeta muitos grupos. Na Alemanha nazi, os judeus foram primeiro

ridicularizados com as caricaturas e, em seguida, discriminados pelas Leis de Nuremberga. Assim, no final, chegou-se a Auschwitz. Lutar contra a discriminação dos ciganos é uma atividade fundamental para a OSCE. Em muitos países, começam por ser objeto de intolerância através dos estereótipos (“são todos ladrões”), depois afetados pelas leis (passaportes especiais, dificuldades na obtenção de documentos) e, muitas vezes, são também vítimas de crimes de ódio.

Sabemos que os crimes de ódio contra os cristãos frequentemente não são denunciados e subestimam-se nos documentos e nas estatísticas das organizações internacionais. (...) O diálogo inter-religioso desmente o clichê de que as religiões são responsáveis pela maioria dos problemas do ódio e da violência. As religiões na sua história não foram sempre alheias ao problema da violência. Mas mais vezes foram e integram a solução. Nalguns países, além disso, todas as religiões foram objeto de perseguição por parte dos regimes totalitários. E a perseguição ensinou-lhes a conviver, a um “diálogo do sangue”. (...)

O diálogo e as políticas para prevenir os crimes de ódio devem ter em conta a história e as tradições de cada país específico. E evitar dois extremos: o fundamentalismo, onde uma religião discrimina as minorias religiosas e os não crentes, e o laicismo, onde uma atmosfera de hostilidade antirreligiosa conduz à intolerância para com todas as religiões.

O ocaso do partido tradicional

A chave da leitura comum das últimas eleições espanholas foi o fim do bipartidarismo. Mas haveria também que perguntar se não estamos perante o declínio do partido tradicional e do tipo de militância que o acompanha. O mais inovador é a ascensão de plataformas criadas para as eleições, juntando forças de esquerda, com uma forte mobilização das bases. Para lá da simplista distinção entre “a casta” corrupta e nós, o povo honrado, perfila-se o esgotamento de um modo de gerir a vida política que cansou – e, por vezes, indignou – os votantes.

O declínio da militância política nos partidos tradicionais vem de algum tempo, e observa-se em numerosos países europeus. Na Grã-Bretanha, o total de filiados no partido conservador, no trabalhista e nos liberais-democratas reduziu-se em três quartos desde os finais dos anos oitenta. Em França, segundo dados recolhidos pelo “Le Monde” (“Quand les militants perdent la foi”, 24.5.2015), menos de 1 % da população pertence a um partido político e os números dos efetivos têm baixado. “Os Republicanos” (antiga UMP) de Sarkozy reivindicam hoje 200 000 membros, mas desde a derrota nas presidenciais de 2012 saíram 100 000. Entre os socialistas, apenas 75 000 estão no ativo, metade dos que conta o partido. Na Alemanha, os sociais-democratas conservam um aparelho militante sólido, com mais de 450 000 filiados. Mas, segundo um documento interno, citado pelo “Die Welt”, a média etária dos membros do partido é de 59

anos, com somente 11 % de idades inferiores a 35 anos, e o nível médio de cotização é só de 9 euros por mês.

Em Espanha, os números dos efetivos dos partidos – como os dos sindicatos – devem ser examinados com cautela. Mas, de qualquer forma, existe pouca cultura de participação política e de associativismo em geral. Segundo um Barómetro do CIS (Centro de Investigaciones Sociológicas) de outubro de 2011, apenas 2,4 % diziam pertencer e participar ativamente num partido político; e segundo outro Barómetro (abril de 2012), as formas mais frequentes de participação política são as esporádicas e pouco comprometidas, como assinar uma petição (22 %) ou assistir a uma manifestação (21 %), enquanto que doar fundos para uma atividade social ou política baixa para 13 % e assistir a uma reunião política não supera os 10 %.

Perda do compromisso

Não se deve estranhar que os partidos tradicionais vejam diminuir os seus efetivos, pois existe entre os filiados um sentimento de perda de poder da base. Os partidos converteram-se em máquinas para consagrar investidas. Já não são motores de um debate ideológico sobre projetos de sociedade, e os programas (de cumprimento incerto) são elaborados por especialistas. Os filiados têm uma cultura política mais forjada em *tweets* do que em leituras. As reuniões para confrontar ideias políticas escasseiam. Tudo isso contribui assim para a despolitização da base. E se a isto se acrescentarem os escândalos de corrupção entre dirigentes do partido, não é estranho que muitos se interroguem para quê dar o seu contributo a estas organizações.

Perante a perda de filiados de cartão e quota, alguns partidos tentam “abrir-se à sociedade” a partir de uma certa incorporação dos simples “simpatizantes”, sintonizados com as ideias do partido, mas que não querem comprometer-se. É o fenómeno que descrevia Manuel Valls em 2010, antes de ser primeiro-ministro da França, segundo citação recordada pelo “Le Monde”: “A militância de filiado, caracterizada pela disciplina e pela constância, desvanece-se inexoravelmente perante uma militância independente, caracterizada pela liberdade e pela intermitência (...) Possuir o cartão de filiado não compromete já, nem a vida, nem a identidade do militante”. Há uma tendência para as lutas por objetivos pontuais, limitados no tempo, sem se inserir numa organização. Alguns não veem nisto uma despolitização da sociedade, mas a amostra de que as verdadeiras mobilizações não passam hoje pelos partidos.

O compromisso está em tempo de vacas magras, e isto experimentam-no tanto os partidos como os sindicatos, as Igrejas e as ONGs, para não falar dos casados. Mas, será possível fazer algo de grandioso com militantes alérgicos ao compromisso?

Terão ocasião de experimentá-lo os partidos emergentes que avançaram com um sinal de identidade da sua rejeição do modo

de fazer política dos partidos tradicionais. Os emergentes de esquerda ou direita – como o Podemos e o Ciudadanos em Espanha, a Frente Nacional em França, o Syriza na Grécia ou o 5 Stelle em Itália – têm a seu favor o entusiasmo e a combatividade dos novos, a mobilização das bases, um culto pela assembleia talvez mais de fachada do que operacional, o seu ativismo nas redes sociais e a ânsia de mudar o sistema. Mas, agora que chegam ao poder, está para ver se vão resistir à prova do realismo político. A política é o terreno da negociação e do compromisso; os ideais cedem perante a necessidade de contar também com o apoio de outros e, às vezes, pelo puro instinto de conservação do poder.

Em política, os votantes e ativistas têm de estar preparados para a decepção, diante da renúncia, pelo menos parcial, aos seus ideais. É quando alguém não se conforma com menos do que alterar o sistema, a margem de frustração é muito mais ampla.